VI CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2019

**AS NOVAS DCNS PARA OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL:
IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO, ESTUDOS DO CORPO, CULTURA E
FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

**LOS NUEVOS DCNS PARA CURSOS DE EDUCACIÓN FÍSICA NO BRASIL:
IMPLICACIONES EN EL CURRÍCULO, ESTUDIOS CORPORALES, CULTURA Y
FORMACIÓN PROFESIONAL.**

**THE NEW DCNS FOR PHYSICAL EDUCATION COURSES IN BRAZIL:
IMPLICATIONS IN THE CURRICULUM, BODY STUDIES, CULTURE AND
VOCATIONAL TRAINING.**

Apresentação: Comunicação Oral

Anália de Jesus Moreira¹

Maria Cecília de Paula Silva² coautora e orientadora.

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0099>

Resumo

Este texto tem por objetivo analisar as implicações curriculares nos campos da cultura, corpo e educação provocadas pela instituição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, DCNs, dos Cursos de graduação em Educação Física editadas pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2018. Para tecer a escrita, adotamos a metodologia de pesquisa documental, o que nos possibilitou reflexões sobre que tipos de currículos se apresentam na proposta do Ministério da Educação e que bases formativas estão expressas no documento. As bases teóricas foram construídas nas DCNs e autores que debatem a legitimidade da Educação Física, Corpo, Cultura e Educação no processo de emancipação dos sujeitos a exemplo de BAHU, L.Z. E CARBONATTO (2015); CASTELLANI FILHO (1998); ARROYO (2000); BHABHA (2007); GOMES (2017); SILVA (2018). Resultaram das reflexões percepções sobre as intenções da proposta de manter a fragmentação curricular, seja licenciatura ou bacharelado. Defendemos a formação profissional em Educação Física em teorias, práticas e inovações, assim como o domínio de técnicas, epistemologias e reconhecimento de currículos afins sem rupturas drásticas em um mesmo campo de estudo.

PALAVRAS CHAVES: Fragmentação profissional; Epistemologias, Cultura Corporal.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Campus Formação de Professores, Cidade de Amargosa/Ba. Licenciada em Educação Física, (UCSAL), Especialização em Metodologia em Educação Física e Esporte Escolar, (UNEB), Mestra e Doutora em Educação e Práxis Pedagógica, (UFBA). Pós-doutorado (andamento), UFBA).

² - Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Licenciada em Educação Física, (UFV/MG), Mestra e Doutora em Educação Física, (UFGF/RJ). Pós-doutorado em Sociologia, (Strasbourg/França).

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar las implicaciones curriculares en los campos de la cultura, el cuerpo y la educación causadas por la institución de las nuevas Directrices Curriculares Nacionales, DCN, de los Cursos de Educación Física, editado por el Consejo Nacional de Educación en diciembre de 2018. Para tejer el Por escrito, adoptamos la metodología de investigación documental, que nos permitió reflexionar sobre qué tipos de currículos se presentan en la propuesta del Ministerio de Educación y qué bases formativas se expresan en el documento. Los fundamentos teóricos se construyeron en los DCN y autores que debaten la legitimidad de la Educación Física, el Cuerpo, la Cultura y la Educación en el proceso de emancipación de las asignaturas como BAHU, L.Z. Y CARBONATTO (2015); CASTELLANI FILHO (1998); ARROYO (2000); BHABHA (2007); Gomes (2017); SILVA (2018). Las reflexiones resultaron de las percepciones sobre las intenciones de la propuesta de mantener la fragmentación curricular, ya sea de pregrado o bachillerato. Defendemos la formación profesional en Educación Física en teorías, prácticas e innovaciones, así como el dominio de técnicas, epistemologías y reconocimiento de currículos relacionados sin rupturas drásticas en el mismo campo de estudio.

PALABRAS CLAVE: Fragmentación profesional; Epistemologías, Cultura Corporal

Abstract

This text aims to analyze the curricular implications in the fields of culture, body and education caused by the institution of the new National Curriculum Guidelines, DCNs, of the Graduate Courses in Physical Education, edited by the National Council of Education in December 2018. To weave the In writing, we adopted the documentary research methodology, which allowed us to reflect on what types of curricula are presented in the Ministry of Education proposal and what formative bases are expressed in the document. The theoretical foundations were built in the DCNs and authors who debate the legitimacy of Physical Education, Body, Culture and Education in the process of emancipation of the subjects as BAHU, L.Z. AND CARBONATTO (2015); CASTELLANI FILHO (1998); ARROYO (2000); BHABHA (2007); Gomes (2017); SILVA (2018). Reflections resulted from the perceptions about the intentions of the proposal to maintain curricular fragmentation, either undergraduate or baccalaureate. We defend the professional formation in Physical Education in theories, practices and innovations, as well as the mastery of techniques, epistemologies and recognition of related curricula, without drastic ruptures in the same field of study.

KEY WORDS: Professional fragmentation; Epistemologies, Body Culture

Introdução

Em tempos de crises no campo da Educação Física, imaginamos que a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018 que institui as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Educação Física estejam ainda em ebulição de análises por vários profissionais da área, além de entidades sindicais e universidades de formação. Há de se esperar pontos diferenciados de análise dependendo das posições políticas, mas é fatual e necessária a lucidez e honestidade por se tratar de mudanças radicais neste campo de estudo. Nosso ponto de vista inicial é de que as novas DCNs não resolvem o problema da fragmentação da profissão nem ampliam os horizontes formativos e interdisciplinares emergentes na atual conjuntura da educação brasileira. O interstício de dois anos exigido para a entrada em vigor das novas DCNs deverá exigir amplos debates acadêmicos, estratégias de implementação e criatividade para tornar menos árduas as mudanças propostas pela documentação nas instituições, em especial as públicas onde os currículos foram ampliados na tentativa de unificação da profissão. Estas universidades pregam uma curricularização abrangente, diversa com características emancipatórias e inclusivas. A divisão na formação profissional, limitando tanto o bacharel quanto o licenciado de uma amplitude sobre cultura, corpo e educação pode significar o retorno do tecnicismo, da individuação formativa e da mecanização dos elementos que compõem o campo de estudo da Educação Física quer seja na saúde, nos esportes, nas manifestações dançantes, jogos, lazer, reafirmando o alto rendimento e as habilidades para as práticas corporais, desprezando a pluralidade, originalidade e identidades, regionais e estéticas. O objetivo deste artigo é enxertar reflexões sobre esse momento de mudança radical na Educação Física do Brasil, suas consequências acadêmico-profissionais, ontológicas, culturais e epistemológicas. A metodologia qualitativa é de análise documental e bibliográfica.

Fundamentação Teórica

Para tecer discussões sobre esta temática, justificando abordagens e opções teóricas, foi preciso fazer um breve relato sobre o teor das DCNs, bem como situar a Educação Física em seu estado da arte. Das várias dimensões de Cultura Corporal sendo objeto consensual da área, a que nos parece mais completa e descritiva é a de Castellani Filho (1998):

[...] Enquanto práticas sociais refletem a atividade produtiva humana de buscar respostas às suas necessidades. Compete, assim, à Educação Física, dar tratamento pedagógico aos temas da cultura corporal, reconhecendo-os como dotados de significado e sentido

porquanto construídos historicamente. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 54).

No artigo “Currículo em Educação Física: unificar ou especializar?” seus autores BAHU e CARBINATTO (2016), mostram preocupação com a dicotomia histórica da área em relação as estruturas curriculares. Analisando as várias diretrizes para os cursos de graduação em Educação Física, em especial a do ano de 2002, os autores já sinalizavam questões das identidades da área fragilizadas em seus vários currículos.

[...] São questões que não são resolvidas da noite para o dia, e que dependem da apropriação do profissional de Educação Física da responsabilidade de inteirar-se dos acontecimentos e posicionar-se sobre essas questões, ou seja, politizar-se e empoderar-se. (BAHU E CARBINATTO, 2016, p.18).

Além da visão conteudista prevalecente em momentos históricos da área, temas transversais, a exemplo do corpo, gênero, sexualidade e relações étnico raciais alcançam hoje uma dimensão emergente, exigindo uma interlocução entre a Biologia, a Cultura, a Educação e a Filosofia, esta última precursora dos estudos sobre o corpo desde a visão greco-romana até o compêndio de diversidades que perfazem um arcabouço teórico abrangente e instigante. A Filosofia, interpretada como estudo do pensar, está inserida neste arcabouço como ponte para interpretar “corpo-ter” e “corpo-ser”. Como disse Ghiraldelli Jr, (2007, p. 41), o “eu” não está mais associado simplesmente a consciência, mas à noção de corpo”. Trata-se do seguinte: tudo indica que o indivíduo não tem mais a identidade associada à consciência enquanto arcabouço de grandes ideários, e sim ao corpo. As DCNs estão estruturadas em quatro capítulos que analisaremos ao final deste artigo. O resultado geral desta análise é de que as DCNs precisam ser contrapostas por setores progressistas da Educação Física e universidades formadoras sob a pena de aceitar um documento que retrocede a prática e formação do profissional de Educação Física a um nível de tornar o campo infértil em suas várias áreas investigativas, a exemplo da epistemologia, sociologia e diversidades. A fragmentação na formação e atuação profissional desconfiguram a possibilidade de diálogos interdisciplinares e despolitiza a área.

Metodologia

Este texto compreende a análise da Resolução nº 06/2018 apontando decisões que afetam a formação e o exercício dos futuros profissionais de Educação Física, licenciados e

bacharéis. Para isto, fizemos uma leitura crítica do documento, sinalizando as mudanças advindas da aplicação das diretrizes. Além dos argumentos e reflexões particulares, dialogamos com autores que discutem a temática. Partimos da análise da ampliação de cargas horárias para uma formação profissional completa no nível da graduação, vez que se exige nas DCNs carga complementar de 1.600 horas, tanto para docente quanto para bacharel, caso o profissional faça a opção por atuar na escola e em espaços não formais. Amiudando para uma compreensão matemática, a extrapolação das 3.200 horas levaria o sujeito a permanecer na universidade por um período mínimo de seis anos, o que o impediria de optar pela formação continuada nos cursos de pós-graduação *lato* ou *strictu sensu*. Nesse aspecto, a intenção por uma visão mercadológica supera a ambição por uma formação intelectual, cultural, emancipatória e humanística. Por fim, tentaremos compreender como o docente ou bacharel com formações fragmentadas poderá se inserir na pesquisa, extensão e ensino das emergências culturais, étnicas e raciais, tendo em vista o enfrentamento às desigualdades para as populações excluídas da cultura corporal, a exemplo de comunidades tradicionais, negros e indígenas. De outro modo, fazemos uma revisão bibliográfica sobre corpo e cultura como aportes que edificam a formação do profissional de educação física. Com tais argumentações, trata-se de uma pesquisa qualitativa de base bibliográfica e documental que tem como instrumentos para análise documentos e revisões bibliográficas.

Resultados e Discussão

Para iniciar e justificar os resultados desta pesquisa é preciso falar sobre a trajetória mais recente da produção do conhecimento (século XXI) na área de Educação Física. Decorre da necessidade de situar o campo de estudo em seu estado de arte, fator considerado importante para quem pretende identificar os pontos e contrapontos da resolução 06/2018. Este recorte interpreta como superada a concepção de corpo naturalizado. Passamos do estágio de “ter corpo” para o estado de “corpo-ser” na concepção não apenas metafísica e sim, identitária. Falamos da trajetória de um corpo encharcado de processos históricos que constroem de forma dialógica os seres totais, homens e mulheres, criativos, humanos. Desta forma, corpo e identidade social se constituem em um arcabouço real, estabelecendo relação vital entre cultura e natureza. Em relação à educação e as interdisciplinaridades, estudar corpo é um recurso emergencial para a compreensão e debates sobre diversidades, identidades e pertencimentos.

Figura 1 – Corpo ambicionado pela Educação Física eugenista e higienista. Fonte de Pesquisa: Google.

Pensa-se em corpo-identidade desde que o paradigma construtivista do século XX pôs em suspense o determinismo dos naturalistas do século XVIII. No campo da produção do conhecimento ainda se tenta afirmar um “estado paradigmático”. Vivemos na fronteira entre o contexto dialético das representações do corpo e a mediação destas com a cultura. Sugerimos, então, uma cronologia para o corpo nas áreas de conhecimento.

No século XVII, o ideário de corpo-identidade se apoiava nas concepções biologizantes ou naturalizantes referendadas pelos estudos da origem das espécies e hereditariedade de

Charles Darwin. Por estas ideias, o corpo sobrepunha à cultura porque se constituía em elemento neutro sobre o qual poderíamos inscrever comportamentos e convenções.

O avanço da concepção da existência corpórea ou biopsíquica começou a ser combatida no século XX com as demandas do construtivismo que propunha um novo empoderamento social e crítico do corpo. A marca desta nova concepção se apoiava na naturalização corporal através do sexo: “Esse paradigma afirma que nascemos com corpos diferenciados sexualmente e que nossas identidades são criadas, mantidas ou transformadas através de instituições, práticas e discursos”. (MISKOLCI, 2005, p.26).

A discussão sobre corpo-identidade encontrou avanço paradigmático e superador do binômio natureza X cultura por volta de 1940 quando os fatores sociais e históricos se constituíram em paradigmas. A era pós-Darwin e pós-construtivismo abriu o processo de questionamentos sobre o binômio natureza/cultura, embora a ideia de neutralidade corpórea ainda encontre repercussões ativas. Por estes argumentos é possível refutar a oposicionalidade do binômio corpo/cultura, pois estes são interlocutores do processo de hominização, cabendo a cada um deles edificar a tarefa igualitária de suprir as identidades.

Tratando-se de um estatuto cultural, o corpo assume dimensões distintas a partir de seus elementos representativos e configurativos. Essa construção é balizada a partir do século XX. Assim podemos analisar corpo e cultura por meio de três concepções contemporâneas: “corpo representado, corpo representante e corpo apresentador”. (Fontes, 2007). O primeiro se insere no contexto de controle institucional e artístico através da igreja ou “igrejas” e do Estado; o segundo revela-se em seu poder político e revolucionário a partir de sua autonomia no espaço e no tempo; o terceiro se firma na forma que, antítese de conteúdo, se presta a viver do imediato e da concepção de “ter corpo”. Na perspectiva dos estudos culturais, corpo-ser é resultante das reivindicações identitárias partidas de manifestações simbólicas. Essa cultura por não constituir uma unidade, pode ultrapassar fronteiras e se firmar em suas diferenças de forma a assumir sua alteridade.

Isto nos reporta ao pensamento de Bhabha, (2007) ao referenciar o trabalho fronteiriço da cultura frente às aproximações do indivíduo com seus mundos. O autor referencia o termo “diferença cultural” para denunciar as tentativas de supremacia cultural enunciadas. Nisso, o autor orienta uma nova escrita sobre a identidade da cultura porque “nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro”. (p.106).

Com relação à educação, refletimos em Bourdieu (1987) onde vê a sociedade como escritora de corpos na medida em que firma neles os princípios fundamentais da cultura através de meios como vestimentas e atitudes gestuais e verbais. Estas formas constituem os *habitus* através dos quais nos é possível perceber que: “Nada parece ser menos inefável, menos incomunicável, menos inimitável, e, por isso, mais precioso do que os valores transmitidos ao corpo, feitos corpo pela transubstanciação adquirida pela persuasão escondida de uma pedagogia implícita”. (1987, p.167).

Em seu mais recente livro “Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” (2017) Gomes explicita uma atualidade sobre corpo negro na diáspora, cultura e educação. Diz a autora que não se pode separar corpo negro do sujeito, entendendo ser uma forma de “corporificar” o homem/mulher negro/a no mundo. “Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, na arte, entre outros. (p.94).

Silva, (2008) defende que o corpo foi alvo de poder ao longo da história e por esta realidade, corpo é meio de empoderamento de um sujeito sobre o outro. Diz a autora que:

[...] Foi o investimento realizado nesse percurso histórico que possibilitou o conhecimento do próprio corpo, a conscientização sobre essa rede de poder que age sobre ele, tornando-o capaz de uma atuação de submissão ou de viabilizar mecanismos sociais que lhe permitam resistir à opressão, afrontá-la ou negociar com ela” (SILVA, 2008, p.22).

Arroyo, (2000) chama a atenção para o processo de adestramento de corpos promovido pela pedagogia não crítica ao longo da história. Para o autor, é preciso que a educação recoloca o corpo em postura de identidade: “Recolocar o corpo na centralidade que ele tem na construção de nossa identidade e da totalidade da nossa cultura exige criatividade profissional de todos”. (p.72). Na atualidade, superadas as concepções do construtivismo, percebe-se que há um equívoco na tentativa de oposicionalidade entre corpo e cultura, conforme defende Miskolci:

[...] A superação contemporânea do construtivismo mostra que a oposição corpo/identidade é enganosa e que a oposição natureza/cultura que lhe dá sustentação camufla práticas reguladoras, processos segundo os quais se criam socialmente identidades hegemônicas e marginais. Assim, corpo e identidade se relacionam na construção social dos esquemas de inteligibilidade e dos

comportamentos considerados normais ou desviantes. A identidade social não pode mais ser compreendida como algo desencarnado, pois ela é corpórea desde antes mesmo de nossa concepção. (MISKOLCI, 2005, p.4).

Com estas afirmações, fica evidente que as ações e convenções sociais recorreram ao corpo para ditar normas e estabelecerem dominação e empoderamento político. Aliadas a essas constatações ressurgem as concepções biologizantes e essencialistas para dominar aqueles contrários a padrões sociais, subversivos ou indesejáveis. De forma ideológica, esse controle social se liga ao plano de reducionismo corporal marcando estéticas, etnias, sexo e uma suposta hereditariedade comportamental.

Esta realidade pode ser considerada dupla na medida em que se superou o caráter natural do corpo. Compreendemos corpo como um entrelace entre o biológico e o simbólico sem hierarquização. Esta visão propicia a concretização da hominização mediada pela cultura, como defende Le Breton:

[...] Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. (LE BRETON, 2007, p.7)

O que Le Breton tenta explicar é que a nossa presença corpórea define nossa posição no cenário da vida. É por meio do corpo que personificamos nossas ações e visões de mundo, de modo a edificar nossa existência. Também deixa entender este autor que a prática corporal define esta existência, compreendendo ser esta existência encharcada de historicidade, dramaticidade e emoção. Ao considerar superadas as concepções biologizantes e naturalizantes de corpo, admitimos analisar corporalidade por via das interseccionalidades: o corpo é ao mesmo tempo sexo, raça/etnia, gênero e classe, dimensões construtoras das subjetividades humanas. Tratamos assim dos sentidos e significados do corpo na sociedade, suas representações e identidades. Chegamos a tal conclusão analisando a conjuntura estética coletiva e social dos negros/as em Salvador na dissertação de mestrado construída entre os anos de 2006 e 2008 na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

[...] Reitero que sentidos e identificações de corpo e movimento sofreram forjamentos históricos que precisam ser problematizados numa cidade onde é

grave a questão da desigualdade social e racial. Entendo que tais forjamentos foram baseados nas ideologias de branqueamento, salientadas na cor da pele e no ideal de corpo e aparência, resultando na dificuldade que temos em corporificar valores identitários de matriz étnico-racial negra e indígena e apropriá-los como civilizatórios. (MOREIRA, 2008, p.54).

Além da discussão fundamental sobre o corpo no plano interdisciplinar, em especial a Biologia, Filosofia, Culturas, Diversidades, Representações, Identidades e Educação, é preciso pensá-lo também na atualidade de suas interseccionalidades como gênero, raça, hibridação e construtos tecnológicos. Elencamos aqui três trabalhos científicos que versam sobre estas questões de forma emergente e contextualizada.

O primeiro dele intitula-se “Corpo, tecnologia e desporto: considerações a partir do caso da paratleta Danielle Bradshaw, dos autores Fabio Zoboli, Elder Silva Correia, Adolfo Ramos Lamar, publicado na Revista Movimento da Escola de Educação Física da UFRGS no ano de 2016. O artigo trata de analisar as adaptações físeo-anatômicas de Danielle Bradshaw, após amputação de uma das pernas devido à sobrecarga de treinamento e as consequências lesivas. Após o episódio, Danielle não desistiu do desporto e passou a se dedicar ao para-atletismo. Para isso, considerando o efeito híbrido no corpo da atleta, foi preciso o uso de tecnologias aplicadas ao esporte, exemplo da robótica, a biomedicina e a genética, capazes de mantê-la em bom rendimento. Concluem os autores que: “A síntese corpo e tecnologia caracteriza o corpo biotecnológico, no qual a tecnologia não se limita a estar à nossa volta, como positivamente se pensava a natureza, ela literalmente nos “incorpora”. (p.4).

O segundo trabalho é a dissertação de mestrado de Cláudia Cristina Costa, intitulada “Corpos híbridos: a construção do corpo humano na modernidade a partir da arte e da tecnologia” produzida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, em 2009. A pesquisa em história no tempo presente, dimensiona o hibridismo na era tecnológica e seus significados culturais e identitários. Citando Burke, 2003, e Canclini, 1997, a autora não descarta a interculturalidade nos processos híbridos que favorecem a criação do diferente e do novo:

[...] O corpo na atualidade, ao entrar em contato com tecnologias capazes cada vez mais de uma interação profunda fisiologicamente falando, apresenta-se híbrido, pois mescla suas dimensões biológicas com as criações humanas. O corpo seria a própria “zona de fronteira”, ou espaço híbrido, onde ocorrem as sobreposições, as interconexões, as interdisciplinaridades”. (CANCLINI, 2009, p.31).

O último trabalho em destaque é de autoria de Luís Vitor Castro Júnior, denominado “Contextualizando e rastreando o tangível na pesquisa”, publicado no livro “Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas”, publicado pela Edufba em 2014. No referido texto, o autor analisa como as festas populares da Bahia, com destaque para a região do Recôncavo perfazem um conjunto de significantes e significados culturais, raciais e sociais, permitindo um movimento contra hegemônico por meio das manifestações corporais. Sustenta Castro Júnior, que essa construção é histórica, resistente e favorece à preservação das tradições e culturas emergentes consideradas subalternizadas a exemplo das oriundas dos negros e negras.

[...] Estamos considerando as práticas corporais dos produtores culturais como uma narrativa, uma discursividade e uma forma de linguagem que cria novos territórios, no sentido de colocar seus saberes e desejos que escapam dos territórios instituídos historicamente pelo poder hegemônico. Representam a necessidade e o desejo do corpo de criar novos territórios imateriais para que seja contada outra história que tentamos traduzir, parcialmente, em forma de palavras e imagens. (CASTRO JÚNIOR, 2014, p.18).

Refletindo sobre este traçado teórico e levando em consideração tratar-se de uma interlocução parcial, dada à emergência da construção textual, consideramos que os conceitos, dimensões e construtos reflexivos possam ser ampliados com leituras originais referenciadas nesta escrita que, pode ser considerada um resumo do estado da arte da temática desta proposta de trabalho.

Figura 2 – Corpo negro em plenitude criativa e identitária. Fonte de Pesquisa: Imagens Facebook.

Resultados e discussões

Como resultados desta escrita, temos o desejo de provocar reflexões sobre os efeitos das novas DCNs para os cursos de graduação em Educação Física no Brasil a partir das modificações curriculares que deverão ser feitas para adequar dois currículos (bacharelado e licenciatura) em uma mesma profissão e formação. As novas DCNs são balizadoras e contundentes na divisão da categoria profissional e isto irá dificultar os debates e atuações na área de cultura corporal e saúde, campos delineados como principais da Educação Física. Apontamos a necessidade de se promover debates sobre prováveis rupturas epistemológicas e curriculares em um campo que se mostrou seguro a partir de sua organização e produção científica nos últimos anos. Este embate vai demandar uma luta política vigorosa e formas de

amenizar efeitos de formações fragmentadas em um mesmo campo de atuação profissional. Pensamos que será perigoso para o “mercado” a forma como se estabelece a atuação profissional da Educação Física nas novas DCNs. No âmbito da formação inicial, o debate será contundente e esperamos que seja politizado, crítico e democrático. Podemos estar tratando das primeiras discussões sobre as DCNs e a formação do profissional de Educação Física, porém, decorrido mais de um ano da entrada em vigor das novas DCNs, acreditamos que materializamos um ponto de vista sobre o documento e seus efeitos, o que não quer dizer que estamos fechados a observações, críticas e contribuições para futuras discussões sobre o tema.

Conclusões

Encerrando esta análise sobre as DCNs, destacamos alguns de seus pontos mais importantes. No capítulo I, a resolução prega a articulação entre conhecimento, habilidade sensibilidade e atitude para o egresso em geral sem explicitar quais são as premissas destas qualidades e formação. Ao instituir duas etapas: comum, com 1.600 horas para ambas as formações, e a específica, também com 1.600 horas, diferenciadas para bacharel e docente, o Ministério da Educação formaliza a dissociação e fragmentação, tornando os profissionais de Educação Física distintos, individualizados, isolados do contexto e do objeto de estudo deste campo, a cultura corporal. É preciso observar que em ambas as etapas existe valorização/e/ou inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais. No capítulo III que trata da licenciatura, considera como relevantes a formação para a educação básica, cujo projeto de educação nacional não é dimensionado no âmbito da política e da cultura. Ao licenciado impõe o ensino de conteúdos apenas na educação formal.

No capítulo IV, da formação específica para bacharel, as DCNs privilegiam a operacionalização e intervenção em saúde e esportes visando atitudes e habilidades. Este ponto deixa transparecer uma ausência de precedentes didático-pedagógicos, um prenúncio de precarização no diagnóstico, planejamento e avaliação que devem valer tanto para o licenciado quanto para o bacharel na educação formal ou espaços extraescolares. Por fim, o capítulo final das diretrizes gerais fala da organização curricular a critério do Projeto Político, diversificando e mantendo seminários, estágios, projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, trabalho de conclusão de curso com defesa pública como cargas obrigatórias. Lembrando a atualidade das interdisciplinaridades, transdisciplinaridades e interseccionalidades, se torna desafiante compreender como profissionais de uma mesma área serão capazes de dialogar tendo formações diferenciadas em campos multidisciplinares. Desta forma, sendo docente ou bacharel, é preciso

compreender as necessidades de mesclar sua construção cultural e intelectual com as atualidades tecnológicas, legais e técnicas. Tememos pela exclusão daqueles com a chamada “defasagem educacional” a exemplo de trabalhadores e sujeitos de classes em desigualdades raciais e sociais, excluídos da ciência convencionada baseada na visão ocidentalizada de produção meritocrática. Esta concepção evidencia nossa visão de ausência epistemológica e ontológica do campo da Educação Física, uma preocupação que coloca o profissional, licenciado ou bacharel, em confusão de identidades formativas. A ausência de um marcador sinalizando a construção e luta histórica por um lugar científico da Educação Física deixa transparecer a intencionalidade de um campo despolitizado, ahistórico e desculturalizado, preocupação que deve mexer com as estruturas gerais da formação, envolvendo o currículo, desde a graduação até a pós-graduação. Para compreender como essas intersecções e emergências podem ser significadas, é preciso perceber suas variantes de conceitos no arcabouço das diversidades. Desta forma, gênero se ligou ao social que, por sua vez, é construído por vários setores deterministas da normatividade quais sejam a sexualidade, a mídia, a representação, a classe e a religiosidade. Como o corpo feminino é representado não depende apenas de uma única classificação social e sim, das nuances de suas identidades e pertencimentos, além de inserir-se no tempo histórico e no território. Compreende-se também a inscrição das tecnologias reprodutivas. Concordamos com Louro (2008, p. 3) na parte em que a autora afirma ser a sexualidade e o gênero campos desconstruções:

[...Em poucos anos, tornaram-se possíveis novas tecnologias reprodutivas, a transgressão de categorias e de fronteiras sexuais e de gênero, além de instigantes articulações corpo-máquina. Desestabilizaram-se antigas e sólidas certezas, subverteram-se as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer...] (LOURO, 2008, p.3).

A mesma autora afirma que questões de gênero vão além do binarismo macho/fêmea ou a sua construção convencionada de papéis na sociedade. “Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino”. (2008, p. 3). Ainda há de se considerar as culturas em um país de maioria negra que se notabiliza pela diversidade de manifestações e práticas corporais. Existem nas novas DCNs indícios de uma tentativa de homogeneizar práticas corporais e culturas, atendendo a apelos mercadológicos, isto no caso do campo informal da educação física dominado pelos bacharéis. No caso das escolas, o risco é tornar mais rasos os conhecimentos sobre atividades físicas, seus benefícios e malefícios, em

função da diminuição das componentes curriculares de saúde na formação de professores. Hoje, com o currículo ampliado na maioria das universidades, a preferência pela licenciatura tem a densidade tanto da área pedagógica quanto da saúde. No plano da organização sindical, a divisão será acentuada com predomínio do Conselho Federal de Educação Física que obriga registro para bacharéis que só atuam no setor informal e/ou licenciados que atuam neste setor, além da exclusividade da escola, solicitando registro especial nas academias, clubes e afins. As DCNs exigem o banimento dos licenciados no campo informal. Por fim, esperamos contribuir para um debate amplo e que este artigo sirva como um dos elementos para construir argumentos para contrapor, sugerir e melhorar as DCNs.

Referências

BAHU, L. Z. e CARBINATTO, M. V. Currículo em educação física: unificar ou especializar? Revista Iniciação & Formação Docente, Universidade Federal do Triângulo Mineiro/MG, Ed 01, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior, resolução nº 6, que institui sobre as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Educação Física. Brasília, DF: 2018.

CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e educação física.: Autores Associados, (coleção Polêmicas do Nosso Tempo). Campinas/SP. 1998.

GHIRALDELLI JR. P. O corpo, filosofia e educação, ed. Ática, São Paulo 2007.

ARROYO, M. Ofício de mestre. Imagens e autoimagens. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ: 2000.

BHABHA, H. K. O local da cultura, tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves, Ed. UFMG, Coleção Humanitas, Belo Horizonte/MG, 2007.

BOURDIEAU, P. Outline of The Theory of Practice. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

GOMES. N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Ed. Vozes, Petrópolis/RJ, 2017.

LOURO, G. L. Proposições, Publicação da **UNICAMP - Faculdade de Educação**.v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. Campinas/SP, 2008.

COSTA, C. C. Corpos híbridos: a construção do corpo humano na modernidade a partir da arte e da tecnologia. Dissertação de mestrado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba/PR, 2009.

MISKOLCI, R. Corpo, Identidade e Política., anais do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Belo Horizonte, 2005.

MOREIRA, A. J. A Cultura Corporal e a Lei nº 10.639/03: um estudo sobre os impactos da Lei no ensino da Educação Física nas escolas de Salvador-Ba. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação e Práxis Pedagógica da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador,2008.

SILVA. M. C. P. do corpo objeto ao sujeito histórico: perspectivas do corpo na história da Educação brasileira, Edufba, Salvador, 2008.

CASTRO JÚNIOR, L. V. Contextualizando e rastreando o tangível na pesquisa, in Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas, Ed. Edufba, Salvador/2014.

ZOBOLI, F; CORREIA, E. S; LAMAR, A. R.,“Corpo, tecnologia e desporto: considerações a partir do caso da paratleta Danielle Bradshaw, Revista Movimento, Escola de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre/RS, 2016.